

3139



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO N.º 06/2023

PROPOSTA N.º 52/2023/DCDJ/DISOC

Realizada em 22/03/2023

DELIBERAÇÃO N.º 52/2023

ASSUNTO: Protocolos de Cooperação com a ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DA MOCIDADE – Setúbal, para as medidas de Rendimento Social de Inserção e Atendimento e Acompanhamento Social

A Lei da Transferência de Competências para as Autarquias Locais, Lei nº50/2018, e a de alteração à Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, Lei nº51/2018, anteriormente aprovadas, estabelecem o quadro da transferência para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, especificando no seu artigo 12º as matérias a transferir no âmbito da Ação Social.

A Lei nº55/2020 concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio de ação social, estando os termos da operacionalização desta transferência, especificamente em matéria de atendimento e acompanhamento social (SAAS) e de celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI), regulamentados pelas Portarias nº63/2021 e nº65/2021 de 17 de março, respetivamente.

A Portaria nº63/2021, no seu artigo 5º, prevê a possibilidade de celebração de protocolos específicos com instituições particulares de solidariedade social, ou entidades equiparadas, para o exercício desta atividade, de forma a assegurar o desenvolvimento dos serviços de atendimento e acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social, bem como de emergência social.

Assim como na Portaria nº65/2021, no seu artigo 25º, existe a possibilidade de celebração de protocolos específicos com instituições particulares de solidariedade social, ou entidades equiparadas, que prossigam idêntico fim, com vista ao desenvolvimento de ações de acompanhamento dos beneficiários do RSI, com o objetivo de promover a sua autonomia e inserção social e profissional.

Assim, e considerando que, em Setúbal, a operacionalização das medidas acima identificadas, estão atribuídas, há mais de uma década, a Instituições idóneas e sedeadas no Concelho, como é o caso da Associação Cristã da Mocidade propomos que possa ser celebrado os protocolos anexos salientando os seguintes pressupostos:

- a) a missão da Instituição e a experiência técnica;
- b) a proximidade territorial e de continuidade no âmbito do Rendimento Social de Inserção estabelecida no acordo com o ISS, IP que tem permitido acompanhar e apoiar socialmente a população abrangida;
- c) a importância da integração da medida de atendimento e acompanhamento social;
- d) o quadro de pessoal técnico afeto a essas funções;
- e) a importância da continuidade do acompanhamento dos processos familiares, após a transferência das competências para a Câmara Municipal;
- f) o trabalho de cooperação e parceria mantido entre as entidades.

É fundamental destacar que a Associação Cristã da Mocidade (ACM) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, fundada em 1975, que desenvolve no concelho uma grande variedade de respostas e programas em diferentes áreas como sendo a da intervenção comunitária, a desportiva, respostas na área da infância e juventude como creche, jardim de infância e centros de atividades de tempos livres, centro de formação profissional e aprendizagem. Atualmente, trabalha a partir de 6 Centros em todo o concelho de Setúbal.

Desde 2005 que a ACM desenvolve a resposta de atendimento e acompanhamento social a beneficiários de Rendimento Social de Inserção e desde 2007 a de Ação Social, assumindo estas funções através de acordos específicos com o Instituto de Segurança Social.

Tendo a Câmara Municipal mantido o diálogo com as Instituições que, desde 2007 reguladas por protocolos e acordos de cooperação com o Estado, têm garantido a execução das medidas de Rendimento Social de Inserção e de Ação Social, registando o interesse das mesmas na continuidade da ação social que desempenham no Concelho.

Tendo integrado a Comissão de Acompanhamento do processo de transferência de competências na área social juntamente com o Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal, na qual verificou os aspetos financeiros e técnicos que definem essa intervenção, assim como o conteúdo dos protocolos e acordos com as sete IPSS abrangidas e que poderiam ser alvo de continuidade, de acordo com a informação abordada.

Reafirmando que, à data, a transferência de competências não é acompanhada dos recursos financeiros suficientes para melhorar consideravelmente as condições de trabalho e de intervenção na ação social, propomos que o valor financeiro atribuído a Setúbal na rubrica Protocolos e Acordos seja considerado para os Protocolos de Cooperação a celebrar assegurando a despesa dos encargos com os recursos humanos que cada IPSS afeta para a resposta e ainda um valor de compensação de despesas por processo familiar que foi considerado em sede de negociação com as Instituições de sete euros/processo.

Reafirmamos ainda que a vigência proposta no Protocolo é de 12 meses permitindo dessa forma e, num acompanhamento próximo e responsável, rever as despesas e as metodologias de avaliação a definir conjuntamente. Os serviços municipais efetuarão, para além da coordenação e acompanhamento, a operacionalização das medidas de RSI e de Ação Social na freguesia de Azeitão e da medida de ação social nas freguesias do Sado e de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra. No restante território e, de acordo com o acima justificado, as respetivas medidas serão aplicadas através de Protocolos de Cooperação com as IPSS.

Assim considerando:

- a) A Portaria 63/2021 – serviço de atendimento e de acompanhamento social - , no seu artigo 5º, prevê a possibilidade de celebração de protocolos específicos com instituições particulares de solidariedade social, ou entidades equiparadas, para o exercício desta atividade;
- b) A Portaria 65/2021, no seu artigo 25º, existe a possibilidade de celebração de protocolos específicos com instituições particulares de solidariedade social, ou entidades equiparadas, que prossigam idêntico fim, com vista ao desenvolvimento de ações de acompanhamento dos beneficiários do RSI, com o objetivo de promover a sua autonomia e inserção social e profissional.
- c) A Lei 75/2013 de 12 de setembro, no artigo 33º considerando as suas alíneas o), r) e v);



Propõe-se:

A celebração de Protocolo de Cooperação com a Associação Cristã da Mocidade para o desenvolvimento do Atendimento e Acompanhamento Social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social, por um período de um ano e com efeitos a partir do dia 03 de abril de 2023 e nos termos do clausulado da minuta do protocolo em anexo, afetando uma verba total 338 799,76€ (trezentos e trinta e oito mil setecentos e noventa e nove euros e setenta e seis cêntimos - que inclui RSI – 266 457,65€ e AAS – 70 342,11€ e ainda os 2000,00€ correspondente ao nº 4 da Cláusula Sexta de cada Protocolo).

Cabimento na rubrica 08 040701 2023 A 22

Anexos:

Minutas dos Protocolos de Cooperação – Rendimento Social de Inserção e de Ação Social

O TÉCNICO

O CHEFE DE DIVISÃO

O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO

O PROPONENTE

APROVAD  Votos Contra;  Abstenções; 10 Votos a Favor.

Aprovada em minuta, para efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 57 da lei 75/13, de 12 de setembro

O RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ACT.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL
CONTRIBUINTE N.º501294104
PRAÇA DO BOCAGE
2900-276-SETUBAL

IMPRESSO	PAGINA
2023/03/10	1

PROPOSTA DE CABIMENTO

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
D0703	slgomes	2023/03/09	1707	2023

DESCRIÇÃO DA DESPESA

PROTÓCOLOS DE COOPERAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DA MOCIDADE NO ÂMBITO DE ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO E MEDIDAS DE RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO, ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL - PROPOSTA N.º 52/2023/DCDJ/DISOC - \ ALÍNEAS O), R) E V) DO N.º1 DO ARTIGO 33º DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

TIPO DESP: T012-Transf.Correntes-Instituições sem fins lucrativos
ORGÂNICA : 08 DEP.CULTURA, DESPORTO, DIREITOS SOCIAIS, SAÚDE E JUV.
ECONÓMICA: 040701 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS
PLANO : 2023 A 22
OUTRAS ACTIVIDADES
TRANSFERENCIA DE COMPETENCIAS - AÇÃO SOCIAL

DOTAÇÃO DISPONÍVEL
1.191.939,00
A CABIMENTAR
254.099,82
SALDO APÓS CABIMENTO
937.839,18

EXTENSO

DUZENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL E NOVENTA E NOVE EUROS E OITENTA E DOIS CÊNTIMOS

PROPOSTA CABIMENTADA EM 2023/03/10

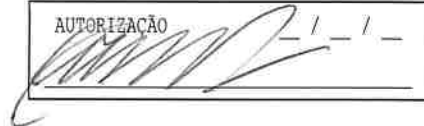
SERVIÇO REQUISITANTE

DISOC - DIVISÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

(slgomes)

PROCESSADO POR COMPUTADOR

AUTORIZAÇÃO





MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO
ENTRE O MUNICÍPIO DE SETÚBAL E
ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DA MOCIDADE**

- ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL -

A Lei da Transferência de Competências para as Autarquias Locais, Lei nº50/2018, e a de alteração à Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, Lei nº51/2018, anteriormente aprovadas, estabelecem o quadro da transferência para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, especificando no seu artigo 12º as matérias a transferir no âmbito da Ação Social.

A Lei nº55/2020 concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio de ação social, estando os termos da operacionalização desta transferência, especificamente em matéria de atendimento e acompanhamento social (SAAS) e de celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI), regulamentados pelas Portarias nº63/2021 e nº65/2021 de 17 de março, respetivamente.

A Portaria nº63/2021, no seu artigo 5º, prevê a possibilidade de celebração de protocolos específicos com instituições particulares de solidariedade social, ou entidades equiparadas, para o exercício desta atividade, de forma a assegurar o desenvolvimento dos serviços de atendimento e acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social, bem como de emergência social.

Assim como na Portaria nº65/2021, no seu artigo 25º, existe a possibilidade de celebração de protocolos específicos com instituições particulares de solidariedade social, ou entidades equiparadas, que prossigam idêntico fim, com vista ao desenvolvimento de ações de acompanhamento dos beneficiários do RSI, com o objetivo de promover a sua autonomia e inserção social e profissional.

Considerando:



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

- a missão da Associação Cristã da Mocidade e a sua experiência técnica;
- a proximidade territorial e de continuidade no âmbito do Rendimento Social de Inserção estabelecida no acordo com o ISS, IP que tem permitido acompanhar e apoiar socialmente a população abrangida;
- a importância da integração da medida de atendimento e acompanhamento social;
- o quadro de pessoal técnico afeto a essas funções;
- a importância da continuidade do acompanhamento dos processos familiares, após a transferência das competências para a Câmara Municipal;
- o trabalho de cooperação e parceria mantido entre as entidades.

Tendo a Câmara Municipal mantido o diálogo com as Instituições que, desde 2007 reguladas por protocolos e acordos de cooperação com o Estado, têm garantido a execução das medidas de Rendimento Social de Inserção e de Ação Social, registando o interesse das mesmas na continuidade da ação social que desempenham no Concelho.

Celebra-se o seguinte protocolo:

O PRIMEIRO OUTORGANTE

O MUNICÍPIO DE SETÚBAL, pessoa coletiva de direito público número 501294104, com sede no edifício dos Paços do Município, Praça de Bocage, em Setúbal, representado, nos termos legais, pelo Presidente da Câmara Municipal André Martins e que passará em seguida a ser designado por PRIMEIRO OUTORGANTE,

E

O SEGUNDO OUTORGANTE

A ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DA MOCIDADE, instituição particular de solidariedade social, registada na Ex-Direção Geral de Ação Social sob o n.º 102/88, Pessoa Coletiva n.º 501688013, com sede na Av. da Bela Vista, n.º 38, Setúbal, representada pelo Presidente da Direção, Luís Sebastião, adiante designado por SEGUNDO OUTORGANTE,

Regendo-se pelas seguintes cláusulas:



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objeto)

Constitui-se objeto do presente protocolo a definição dos termos e condições em que:

1. O Segundo Outorgante desenvolve o atendimento e acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social, contribuindo para a sua proteção social através da disponibilização de informação e da mobilização de recursos adequados a cada situação no sentido da melhoria das condições de vida e bem-estar das populações.
2. O Primeiro Outorgante presta apoio técnico e os recursos financeiros para a concretização das ações a desenvolver pelo Segundo Outorgante, acompanha, monitoriza e propõe ações de melhoria à execução do presente protocolo e garante a articulação necessária com o ISS.IP de forma a ser disponibilizado o acesso aos suportes de informação normalizados no âmbito SAAS.

CLÁUSULA SEGUNDA

(Obrigações do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante obriga-se a:

- a) Coordenar o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social;
- b) Constituir um Grupo de Trabalho – Grupo Interinstitucional de Ação Social (GIAS);
- c) Acompanhar e avaliar semestralmente no Grupo Interinstitucional de Ação Social as ações desenvolvidas pelas/os técnica/os das Instituições que concretizam a medida através de Protocolo com o Município segundo indicadores definidos em função, nomeadamente da inserção social e progressiva autonomia dos beneficiários de Ação Social;
- d) Disponibilizar os suportes de informação normalizados no âmbito do SAAS;
- e) Assegurar ao Segundo Outorgante o financiamento definido no anexo que integra o protocolo;



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

- f) Proceder a avaliação global da execução do protocolo, com a antecedência de 60 dias da data do seu termo;
- g) Emitir parecer técnico, devidamente fundamentado, sobre a avaliação a que se refere a alínea anterior, tendo em vista a renovação do presente protocolo;
- h) Comunicar ao ISS.IP as alterações e informações relevantes no âmbito da execução do presente protocolo.

CLÁUSULA TERCEIRA
(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se a:

- a) Cumprir as ações de acompanhamento estipuladas no presente protocolo com o objetivo de garantir o atendimento e o acompanhamento social;
- b) Manter atualizado o registo e a qualidade da informação relativa aos atendimentos e intervenção social com beneficiários/as e famílias, no Sistema de Informação próprio;
- c) De acordo com o normativo em vigor, organizar um processo individual por agregado familiar, o qual deve conter o seguinte:
 - i) Caracterização individual e familiar;
 - ii) Diagnóstico social e familiar;
 - iii) Diligências, contatos e articulações estabelecidas com outras entidades ou serviços que se revelem estratégicos para a prossecução dos objetivos de inserção;
 - iv) Contratualização para a inserção, por via da celebração de Acordo de Intervenção Social/Contrato de Inserção;
 - v) Relatórios e Informações Sociais, quando aplicável;
 - vi) Data de início e do termo da intervenção;
- d) Assegurar o/as técnico/as superiores da área social adequados às ações a desenvolver e ao número de agregados familiares a acompanhar;



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

- e) Utilizar os suportes de informação normalizados pelo Instituto da Segurança Social, I.P e pelo Serviço de Atendimento e Ação Social de Setúbal;
- f) Apresentar, no primeiro mês do ano civil, ao Grupo de Interinstitucional de Ação Social o plano de ação anual e os relatórios de progresso semestrais de acordo com o modelo a ser definido para o efeito, os dados estatísticos e outros relevantes que lhe sejam justificadamente solicitados;
- g) No ano de celebração do presente Protocolo o plano de ação deverá ser apresentado Grupo Interinstitucional de Ação Social, 30 dias após a sua assinatura;
- h) Articular com o Grupo Interinstitucional de Ação Social;
- i) Criar um centro de custos para as ações desenvolvidas no âmbito AAS, no respeito pelos princípios e conceitos contabilísticos, critérios de valorimetria e métodos de custeio de harmonia com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contas;
- j) O Segundo outorgante compromete-se, junto da sua equipa técnica, a garantir que:
 - i) Os códigos de acesso ao Sistema de Informação do ISS.IP são pessoais e intransmissíveis e serão para utilizar única e exclusivamente em contexto estritamente profissional no âmbito da informatização dos processos;
 - ii) Não serão extraídas informações do Sistema de Informação a pedido de elementos ao SAAS;
 - iii) Os/as técnicos/as da equipa não cederão o seu código de acesso em período de férias ou ausência por motivos de doença ou outros;
- k) Informar o Primeiro Outorgante de todas e quaisquer alterações ao nível da constituição da equipa técnica;
- l) Disponibilizar ao Primeiro Outorgante toda a informação solicitada no âmbito desta medida;



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

CLÁUSULA QUARTA

(Ações e Atividades)

O Segundo Outorgante, por via da sua equipa técnica, compromete-se a garantir o atendimento e o acompanhamento social aos munícipes que dele necessitem, cumprindo as ações abaixo descritas:

- a) Elaboração do diagnóstico social;
- b) Elaboração do relatório social;
- c) Proposta das ações de apoio e acompanhamento necessárias à alteração da situação de vulnerabilidade identificada e articular com as entidades e os recursos necessários para promover o bem-estar;
- d) Garantir as ações necessárias para as situações de emergência social articuladas com o Primeiro Outorgante;
- e) Negociar e elaborar o acordo de intervenção social;
- f) Execução, acompanhamento e avaliação das ações definidas;
- g) Participar no Grupo Interinstitucional de Ação Social e nos demais fóruns de discussão e articulação, conjuntamente definidos e criados para o efeito;
- h) Participar na elaboração de relatórios de monitorização e avaliação da execução da medida de Ação Social;

CLÁUSULA QUINTA

(Âmbito Geográfico)

O âmbito territorial de intervenção previsto encontra-se definido no anexo que é parte integrante, sendo revisto pelos outorgantes trimestralmente ou sempre que se verifique necessário.

CLÁUSULA SEXTA

(Financiamento)

1. Conforme previsto na alínea d) da Cláusula Segunda, o Primeiro Outorgante, compromete-se a garantir o financiamento para a execução do protocolado, na sequência da transferência administrativa de competências para o município;



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

2. O financiamento previsto visa assegurar os custos com recursos humanos e com as despesas inerentes à execução das ações previstas na Cláusula Quarta, tal como discriminado no anexo do protocolo;
3. O financiamento é operacionalizado em tranches mensais através de transferência bancária até ao dia 24 de cada mês, de acordo com os dados do Segundo Outorgante no valor de 5 861,84€ (cinco mil oitocentos e sessenta e um euros e oitenta e quatro cêntimos) por mês;
4. Será ainda considerado um valor de 1.000,00€ (mil euros) que poderá ser utilizado durante os dois primeiros meses em que vigora o protocolo para suprir qualquer lapso ou necessidade emergente e imediata, que será devidamente justificado pelo Segundo Outorgante e alvo de relatório específico para o Primeiro Outorgante;
5. No caso de não ser utilizado o descrito no ponto 4, será o mesmo alvo de acerto na quarta tranche do presente protocolo;

CLÁUSULA SÉTIMA

(Acesso ao Sistema de Informação da Segurança Social)

1. O acesso à informação registada no Sistema de Informação da Segurança Social (SISS) abrange a aplicação informática denominada Ação Social Interface Parceiros (ASIP), nas vertentes de consulta e registo/correção/alteração de dados, de acordo com os perfis definidos para as respetivas funções;
2. Este acesso envolve apenas pessoas devidamente credenciadas, no número estritamente necessário e encontra-se restringido aos dados relevantes para a prossecução das finalidades legalmente previstas no artigo 31º da Lei de Bases da Segurança Social, aprovada pela Lei nº 4/2007, de 16 de janeiro, alterada pela Lei nº 83-A/2013, de 30 de dezembro;
3. O Primeiro Outorgante compromete-se a fornecer ao ISS.IP a identificação das pessoas autorizadas a aceder às aplicações acima citadas, com vista à atribuição de um código de utilizador e de uma palavra-passe, nos termos da política em vigor para a atribuição de acesso a trabalhadores/as do município e das entidades



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

- parceiras, bem como comunicar eventuais alterações ou cessações de permissão, no prazo de máximo de 24 horas;
4. O acesso às aplicações informáticas referidas na alínea a) da presente cláusula, por parte das pessoas autorizadas será efetuado remotamente, através de um código de utilizador e de uma palavra-passe, assegurando que apenas utilizadores/as credenciados possam aceder a cada um dos módulos aplicativos do sistema, e dentro de cada um destes, apenas às operações a que estão autorizados a realizar;
 5. Os/As técnicos/as com acesso autorizado comprometem-se a consultar apenas os dados necessários ao desempenho das funções de acompanhamento dos agregados familiares alvo de AAS, a assegurar a coerência dos dados registados, bem como zelar pela qualidade da informação inserida no Sistema identificado;
 6. De acordo com as informações do ISS, IP tal com o previsto nos artigos 14.º e 15.º da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, alterada pela Lei nº103/2015, de 24 de agosto, são ainda adotadas e periodicamente atualizadas as seguintes medidas de segurança de tratamento de dados pessoais em causa:
 - a. Os perfis para consulta, alteração/correção e eliminação de dados são atribuídos a cada utilizador, mediante assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com a política de acessos definida pelo ISS.IP;
 - b. Todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificando utilizador, operação e data/hora da alteração.

CLÁUSULA OITAVA

(Sigilo)

1. As entidades outorgantes e respetivos/as técnicos/as comprometem-se a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas entidades estabelecidas ao abrigo do presente protocolo outorgado, mesmo após o termo das suas funções.



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

2. A violação do disposto no número anterior faz incorrer o/a faltoso/a em responsabilidade criminal, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

CLÁUSULA NONA

(Proteção de Dados Pessoais)

1. As partes obrigam-se a cumprir com a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais.
2. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, ao tratamento dos dados pessoais aplica-se o Regulamento EU 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, designado por RGPD, bem como os requisitos técnicos mínimos das redes e sistemas de informação, que são exigidos ou recomendados a todos os serviços e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado, constante no Anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA

(Revisão do Protocolo)

O presente protocolo será revisto semestralmente e para além disso, sempre que ocorram motivos atendíveis, nomeadamente alterações significativas quanto:

1. Ao número de agregados familiares abrangidos e no caso de ultrapassar a margem de variação máxima de 10% face ao protocolado (maior número de agregados);
2. Alterações legislativas referente à medida RSI e Ação Social que interfiram com o protocolado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

(Cessação do Protocolo)

1. O acordo pode cessar por mútuo acordo dos outorgantes.
2. O acordo pode cessar por extinção do seu objeto.
3. O acordo pode ser denunciado por escrito por qualquer um dos outorgantes, com



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

a antecedência mínima de 90 dias, desde que por motivos devidamente fundamentados, nomeadamente sempre que ocorram circunstâncias que inviabilizem a sua vigência, como a violação das cláusulas do protocolado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

(Anexo do Protocolo)

Constam em anexo ao presente protocolo e dele fazem parte integrante, entre outros, as seguintes informações:

- a) O número de agregados familiares a abranger;
- b) A abrangência territorial ou a referência à freguesia na qual decorre a intervenção;
- c) O financiamento das ações constantes do acordo e o respetivo mapa de custos discriminado por rubrica;
- d) O número de recursos humanos afetos ao desenvolvimento das ações referidas na cláusula quarta;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

(Foro)

Os litígios emergentes do presente Protocolo poderão ser dirimidos pelo tribunal competente para o efeito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

(Vigência)

O presente protocolo tem a vigência de um ano, entrando em vigor no dia 3 de abril de 2023 e terminando a 31 de março de 2024.



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

O presente protocolo é celebrado aos 03 dias do mês de abril de dois mil e vinte e três encontrando-se redigido em 13 páginas, e dela foram feitos dois exemplares, que vão ser assinados pelos outorgantes.

Setúbal, 3 de abril de 2023

O Município de Setúbal
(Presidente)

Associação Cristã da Mocidade
(Presidente)

André Valente Martins

Luís Sebastião



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO
PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO
ENTRE O MUNICÍPIO DE SETÚBAL E A ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DA
MOCIDADE

Tal como referenciado no clausulado do Protocolo de Cooperação, e especificamente na clausula décima terceira para o desenvolvimento das ações de acompanhamento da medida de ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL:

a) Número de processos familiares

O número de processos familiares abrangidos pelo presente protocolo são 250 agregados, até um máximo de mais 10%.

b) Abrangência territorial

Considerado parte da Freguesia de São Sebastião (B° da Bela Vista, Quinta de Sto António, B° Pote de Água, B° da Tetra e B° 20 de Julho).

Em sede de Grupo Interinstitucional de Ação Social será consensualizada a distribuição territorial ao nível da unidade *bairro* sendo, para o efeito, considerada a continuidade dos territórios anteriormente acompanhados (quando e sempre que aplicável) e os rácios processuais, por acordo também entre os dois outorgantes.

c) Financiamento

O Município transfere para a Associação Cristã da Mocidade as seguintes verbas:

Despesas emergentes e imprevistas (2 primeiros meses do protocolo a comprovar na 4ª tranche)	1 000,00€ (mil euros)
Recursos Humanos (2 técnico/as superiores)	4 111,84€ (quatro mil cento e onze euros e oitenta e quatro cêntimos mensais)
	49 342,11€ (quarenta e nove mil trezentos e



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

	quarenta e dois euros e onze cêntimos anuais)
Custos de Funcionamento (corresponde a 7,00€ - sete euros por processo familiar considerado - valor unitário considerado a todas as instituições após análise conjunta de apresentação dos custos e verbas consideradas em acordos de cooperação com o ISS,IP. ·	1.750,00€ (mil setecentos e cinquenta euros mensais) 21.000,00€ (vinte e um mil euros anuais)
<i>Total</i>	<i>Mensal – 5 861,84€</i> <i>Anual – 70 342,11€</i> <i>1 000,00€ não incluídos cláusula sexta, ponto 4</i>

d) Recursos humanos

Os recursos humanos afetos pelo Segundo Outorgante ao desenvolvimento das ações objeto do presente protocolo são os seguintes:

Categoria profissional	Formação Académica
Técnico Superior	Serviço Social
Técnico Superior	Psicologia



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO
ENTRE O MUNICÍPIO DE SETÚBAL E A
ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DA MOCIDADE**

- RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO -

A Lei da Transferência de Competências para as Autarquias Locais, Lei nº50/2018, e a de alteração à Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, Lei nº51/2018, anteriormente aprovadas, estabelecem o quadro da transferência para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, especificando no seu artigo 12º as matérias a transferir no âmbito da Ação Social.

A Lei nº55/2020 concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio de ação social, estando os termos da operacionalização desta transferência, especificamente em matéria de atendimento e acompanhamento social (SAAS) e de celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI), regulamentados pelas Portarias nº63/2021 e nº65/2021 de 17 de março, respetivamente.

A Portaria nº63/2021, no seu artigo 5º, prevê a possibilidade de celebração de protocolos específicos com instituições particulares de solidariedade social, ou entidades equiparadas, para o exercício desta atividade, de forma a assegurar o desenvolvimento dos serviços de atendimento e acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social, bem como de emergência social.

Assim como na Portaria nº65/2021, no seu artigo 25º, existe a possibilidade de celebração de protocolos específicos com instituições particulares de solidariedade social, ou entidades equiparadas, que prossigam idêntico fim, com vista ao desenvolvimento de ações de acompanhamento dos beneficiários do RSI, com o objetivo de promover a sua autonomia e inserção social e profissional.



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

Considerando:

- a missão da Associação Cristã da Mocidade e a sua experiência técnica;
- a proximidade territorial e de continuidade no âmbito do Rendimento Social de Inserção estabelecida no acordo com o ISS, IP que tem permitido acompanhar e apoiar socialmente a população abrangida;
- a importância da integração da medida de atendimento e acompanhamento social;
- o quadro de pessoal técnico afeto a essas funções;
- a importância da continuidade do acompanhamento dos processos familiares, após a transferência das competências para a Câmara Municipal;
- o trabalho de cooperação e parceria mantido entre as entidades.

Tendo a Câmara Municipal mantido o diálogo com as Instituições que, desde 2007 reguladas por protocolos e acordos de cooperação com o Estado, têm garantido a execução das medidas de Rendimento Social de Inserção e de Ação Social, registando o interesse das mesmas na continuidade da ação social que desempenham no Concelho.

Celebra-se o seguinte protocolo:

O PRIMEIRO OUTORGANTE

O MUNICÍPIO DE SETÚBAL, pessoa coletiva de direito público número 501294104, com sede no edifício dos Paços do Município, Praça de Bocage, em Setúbal, representado, nos termos legais, pelo Presidente da Câmara Municipal André Valente Martins e que passará em seguida a ser designado por PRIMEIRO OUTORGANTE,

E

O SEGUNDO OUTORGANTE

A ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DA MOCIDADE, instituição particular de solidariedade social, registada na Ex-Direção Geral de Ação Social sob o nº 102/88, Pessoa Coletiva nº 501688013, com sede na Av. da Bela Vista, nº 38, Setúbal, representada pelo Presidente da Direção, Luís Sebastião, adiante designado por SEGUNDO OUTORGANTE,



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

Regendo-se pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objeto)

Constitui-se objeto do presente protocolo a definição dos termos e condições em que:

1. O Segundo Outorgante desenvolve ações de acompanhamento dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção que visem assegurar uma efetiva participação dos mesmos na planificação e concretização da inserção social, profissional e comunitária, como também, de uma maior participação e responsabilização dos atores sociais locais relevantes.
2. O Primeiro Outorgante presta apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento das ações a desenvolver pelo Segundo Outorgante, acompanha, monitoriza e propõe ações de melhoria à execução do presente acordo e garante a articulação necessária com o ISS.IP de forma a ser disponibilizado o acesso aos suportes de informação normalizados no âmbito do RSI.

CLÁUSULA SEGUNDA

(Obrigações do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante obriga-se a:

- a) Coordenar o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e o Núcleo Local de Inserção (NLI);
- b) Acompanhar e avaliar semestralmente, em articulação com o NLI, as ações desenvolvidas pelos técnicos da Instituição, segundo indicadores definidos em função, nomeadamente da inserção social e progressiva autonomia dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção;
- c) Disponibilizar ao Segundo Outorgante os suportes de informação normalizados no âmbito do Rendimento Social de Inserção que lhes sejam transmitidos;
- d) Assegurar o financiamento definido no anexo que integra este acordo;



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

- e) Proceder a avaliação global da execução do protocolo, com a antecedência de 60 dias da data do seu termo;
- f) Emitir parecer técnico, devidamente fundamentado, sobre a avaliação a que se refere a alínea anterior, tendo em vista a renovação do presente protocolo;
- g) Comunicar ao ISS.IP as alterações e informações relevantes no âmbito da execução do presente Protocolo.

CLÁUSULA TERCEIRA
(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se a:

- a) Cumprir as ações de acompanhamento estipuladas no presente acordo com o objetivo de garantir a inserção social e progressiva autonomia dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção;
- b) Manter atualizado o registo e a qualidade da informação relativa aos atendimentos e intervenção social com beneficiários/as e famílias, no Sistema de Informação próprio;
- c) De acordo com o normativo em vigor, organizar um processo individual por agregado familiar, o qual deve conter o seguinte:
 - i) Caracterização individual e familiar;
 - ii) Diagnóstico social e familiar;
 - iii) Diligências, contatos e articulações estabelecidas com outras entidades ou serviços que se revelem estratégicos para a prossecução dos objetivos de inserção;
 - iv) Contratualização para a inserção, por via da celebração de Acordo de Intervenção Social/Contrato de Inserção;
 - v) Relatórios e Informações Sociais, quando aplicável;
 - vi) Data de início e do termo da intervenção;
- d) Assegurar qualitativa e quantitativamente os recursos humanos adequados às ações a desenvolver e ao número de agregados familiares a acompanhar;



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

- e) Utilizar os suportes de informação normalizados pelo Instituto da Segurança Social, I.P e pelo Serviço de Atendimento e Ação Social de Setúbal no âmbito do Rendimento Social de Inserção;
- f) Apresentar, no primeiro mês do ano civil, ao Núcleo Local de Inserção (NLI) o plano de ação anual e os relatórios de progresso semestrais de acordo com o modelo a ser definido para o efeito, os dados estatísticos e outros relevantes que lhe sejam justificadamente solicitados;
- g) No ano de celebração do presente Protocolo o plano de ação deverá ser apresentado ao NLI 30 dias após a sua assinatura;
- h) Articular com o NLI de acordo com o seu Regulamento Interno;
- i) Criar um centro de custos para as ações desenvolvidas no âmbito do acompanhamento a beneficiários de RSI, no respeito pelos princípios e conceitos contabilísticos, critérios de valorimetria e métodos de custeio de harmonia com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contas;
- j) O Segundo Outorgante compromete-se, junto da sua equipa técnica, a garantir que:
 - i) Os códigos de acesso ao Sistema de Informação do ISS.IP são pessoais e intransmissíveis e serão para utilizar única e exclusivamente em contexto estritamente profissional no âmbito da informatização dos processos;
 - ii) Não serão extraídas informações do Sistema de Informação a pedido de elementos ao SAAS;
 - iii) Os/as técnicos/as da equipa não cederão o seu código de acesso em período de férias ou ausência por motivos de doença ou outros;
- k) Informar o Primeiro Outorgante de todas e quaisquer alterações ao nível da constituição da equipa técnica;
- l) Disponibilizar ao Primeiro Outorgante toda a informação solicitada no âmbito desta medida;



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

CLÁUSULA QUARTA

(Ações e Atividades)

O Segundo Outorgante, por via da sua equipa técnica, compromete-se a garantir o acompanhamento social dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção, cumprindo as ações abaixo descritas:

- a) Elaboração do diagnóstico social;
- b) Elaboração do relatório social;
- c) Negociação e elaboração do contrato de inserção;
- d) Execução, acompanhamento e avaliação do contrato de inserção;
- e) Participação no NLI e nos demais fóruns de discussão e articulação, conjuntamente definidos e criados para o efeito;
- f) Participar na elaboração de relatórios de monitorização e avaliação da execução da medida de RSI;

CLÁUSULA QUINTA

(Âmbito Geográfico)

O âmbito territorial de intervenção previsto encontra-se definido no anexo que é parte integrante, sendo revisto pelos outorgantes trimestralmente ou sempre que se verifique necessário.

CLÁUSULA SEXTA

(Financiamento)

1. Conforme previsto na alínea d) da Cláusula Segunda, o Primeiro Outorgante, compromete-se a garantir o financiamento para a execução do protocolado, na sequência da transferência administrativa de competências para o município;
2. O financiamento previsto visa assegurar os custos com recursos humanos e com as despesas inerentes à execução das ações previstas na Cláusula Quarta, tal como discriminado no anexo do protocolo;
3. O financiamento é operacionalizado em tranches mensais através de transferência bancária até ao dia 24 de cada mês, de acordo com os dados do Segundo



MUNICÍPIO DE SETÚBAL

CÂMARA MUNICIPAL

Outorgante no valor de 22 204,80€ (vinte e dois mil duzentos e quatro euros e oitenta cêntimos) por mês;

4. Será ainda considerado um valor que acresce ao ponto 3. de 1.000,00€ (mil euros) que poderá ser utilizado durante os dois primeiros meses em que vigora o protocolo para suprir qualquer lapso ou necessidade emergente e imediata, que será devidamente justificado pelo Segundo Outorgante e alvo de relatório específico para o Primeiro Outorgante;
5. No caso de não ser utilizado o descrito no ponto 4, será o mesmo alvo de acerto na 4ª (quarta) tranche do presente protocolo;

CLÁUSULA SÉTIMA

(Suspensão do Financiamento)

Caso o Primeiro Outorgante seja informado pelo ISS, IP de acordo com a legislação em vigor, que exista incumprimento, por parte do Segundo Outorgante, do previsto nas alíneas a), b) e f), do n.º 5 do Despacho n.º 451/2007, de 10 de janeiro (Regulamentação no âmbito do protocolado com medida RSI), que pela sua natureza não inviabilize a subsistência do protocolo e seja previsível a satisfação das condições estabelecidas nas referidas alíneas no prazo de 90 dias, pode o Primeiro Outorgante proceder à suspensão do financiamento até à regularização da situação.

CLÁUSULA OITAVA

(Acesso ao Sistema de Informação da Segurança Social)

1. O acesso à informação registada no Sistema de Informação da Segurança Social (SISS) abrange a aplicação informática denominada Ação Social Interface Parceiros (ASIP), nas vertentes de consulta e registo/correção/alteração de dados, de acordo com os perfis definidos para as respetivas funções.
2. Este acesso envolve apenas pessoas devidamente credenciadas, no número estritamente necessário e encontra-se restringido aos dados relevantes para a prossecução das finalidades legalmente previstas no artigo 31º da Lei de Bases da



MUNICÍPIO DE SETÚBAL

CÂMARA MUNICIPAL

Segurança Social, aprovada pela Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, alterada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de dezembro;

3. O Primeiro Outorgante compromete-se a fornecer ao ISS.IP a identificação das pessoas autorizadas a aceder às aplicações acima citadas, com vista à atribuição de um código de utilizador e de uma palavra-passe, nos termos da política em vigor para a atribuição de acesso a trabalhadores/as do município e das entidades parceiras, bem como comunicar eventuais alterações ou cessações de permissão, no prazo de máximo de 24 horas;
4. O acesso às aplicações informáticas referidas na alínea a) da presente cláusula, por parte das pessoas autorizadas será efetuado remotamente, através de um código de utilizador e de uma palavra-passe, assegurando que apenas utilizadores/as credenciados possam aceder a cada um dos módulos aplicativos do sistema, e dentro de cada um destes, apenas às operações a que estão autorizados a realizar;
5. Os/As técnicos/as com acesso autorizado comprometem-se a consultar apenas os dados necessários ao desempenho das funções de acompanhamento das famílias beneficiárias do RSI, a assegurar a coerência dos dados registados, bem como zelar pela qualidade da informação inserida no Sistema identificado;
6. De acordo com as informações do ISS, IP tal com o previsto nos artigos 14.º e 15.º da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, alterada pela Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto, são ainda adotadas e periodicamente atualizadas as seguintes medidas de segurança de tratamento de dados pessoais em causa:
 - a. Os perfis para consulta, alteração/correção e eliminação de dados são atribuídos a cada utilizador, mediante assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com a política de acessos definida pelo ISS.IP;
 - b. Todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificando utilizador, operação e data/hora da alteração.



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

CLÁUSULA NONA

(Sigilo)

1. As entidades outorgantes e respetivos/as técnicos/as comprometem-se a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas entidades estabelecidas ao abrigo do presente protocolo outorgado, mesmo após o termo das suas funções.
2. A violação do disposto no número anterior faz incorrer o/a faltoso/a em responsabilidade criminal, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA

(Proteção de Dados Pessoais)

1. As partes obrigam-se a cumprir com a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais.
2. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, ao tratamento dos dados pessoais aplica-se o Regulamento EU 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, designado por RGPD, bem como os requisitos técnicos mínimos das redes e sistemas de informação, que são exigidos ou recomendados a todos os serviços e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado, constante no Anexo à Resolução do Conselho de Ministros nº41/2018, de 28 de março de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

(Revisão do Protocolo)

O presente protocolo será revisto semestralmente e para além disso, sempre que ocorram motivos atendíveis, nomeadamente alterações significativas quanto:

1. Ao número de agregados familiares abrangidos e no caso do mesmo ultrapassar a margem de variação máxima de 10% face ao protocolado (maior número de agregados);
2. Alterações legislativas referente à medida RSI e Ação Social que interfiram com o protocolado.



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

(Cessação do Protocolo)

1. O acordo pode cessar por mútuo acordo dos outorgantes.
2. O acordo pode cessar por extinção do seu objeto.
3. O acordo pode ser denunciado por escrito por qualquer um dos outorgantes, com a antecedência mínima de 90 dias, desde que por motivos devidamente fundamentados, nomeadamente sempre que ocorram circunstâncias que inviabilizem a sua vigência, como a violação das cláusulas do protocolado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

(Anexo do Protocolo)

Constam em anexo ao presente protocolo e dele fazem parte integrante, entre outros, as seguintes informações:

- a) O número de agregados familiares a abranger;
- b) A abrangência territorial ou a referência à freguesia na qual decorre a intervenção;
- c) O financiamento das ações constantes do acordo e o respetivo mapa de custos discriminado por rubrica;
- d) O número de recursos humanos afetos ao desenvolvimento das ações referidas na cláusula quarta;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

(Foro)

Os litígios emergentes do presente Protocolo poderão ser dirimidos pelo tribunal competente para o efeito.



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
(Vigência)

O presente protocolo tem a vigência de um ano, entrando em vigor no dia 3 de abril de 2023 e terminando a 31 de março de 2024.

O presente protocolo é celebrado aos 03 dias do mês de abril de dois mil e vinte e três encontrando-se redigido em 13 páginas, e dela foram feitos dois exemplares, que vão ser assinados pelos outorgantes.

Setúbal, 3 de abril de 2023

O Município de Setúbal
(Presidente)

Associação Cristã da Mocidade
(Presidente)

André Valente Martins

Luís Sebastião



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO
PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO
ENTRE O MUNICÍPIO DE SETÚBAL E ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DA
MOCIDADE

Tal como referenciado no clausulado do Protocolo de Cooperação, e especificamente na cláusula décima terceira para o desenvolvimento das ações de acompanhamento da medida de RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO.

a) Número de processos familiares

O número de processos familiares abrangidos pelo presente protocolo é de 270 (duzentos e setenta processos), até um máximo de mais 10%.

b) Abrangência territorial

Considerado parte da Freguesia de São Sebastião (B° da Bela Vista, B° Forte da Bela Vista e Alameda das Palmeiras, B° Afonso Costa).

Em sede de NLI será consensualizada a distribuição territorial ao nível da unidade *bairro* sendo, para o efeito, considerada a continuidade dos territórios anteriormente acompanhados (quando e sempre que aplicável) e os rácios processuais, por acordo também entre os dois outorgantes.

c) Financiamento

O Município transfere para a Associação Cristã da Mocidade as seguintes verbas:

Despesas emergentes e imprevistas (2 primeiros meses do protocolo a comprovar na 4ª tranche)	1 000,00€ (mil euros)
Recursos Humanos (5 técnicos superiores e 8 ajudantes de ação direta)	20 314,80€ (vinte mil trezentos e catorze euros e oitenta cêntimos mensais)



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

	243 777,65€ (duzentos e quarenta e três mil setecentos e setenta e sete euros e sessenta e cinco cêntimos anuais)
Custos de Funcionamento (corresponde a 7,00€ - sete euros por processo familiar considerado - valor unitário considerado a todas as instituições após análise conjunta de apresentação dos custos e verbas consideradas em acordos de cooperação com o ISS,IP.	1 890,00€ (mil oitocentos e noventa euros mensais) 22 680,00€ (vinte e dois mil seiscentos e oitenta euros anuais)
<i>Total</i>	<i>Mensal – 22 204,80€</i> <i>Anual – 266 457,65€</i> <i>1 000,00€ não incluídos cláusula sexta, ponto 4</i>

d) Recursos Humanos

Os recursos humanos afetos pelo Segundo Outorgante ao desenvolvimento das ações objeto do presente protocolo são os constantes da seguinte tabela:

Categoria profissional	Formação/habilitação Académica/literária
Técnico Superior	Licenciatura em Investigação Social Aplicada
Técnico Superior	Licenciatura em Política Social
Técnico Superior	Licenciatura em Serviço Social
Técnico Superior	Licenciatura em Serviço Social
Técnico Superior	Licenciatura em Psicologia do Comportamento Desviante
Ajudante de Ação Direta	12º ano
Ajudante de Ação Direta	12º ano
Ajudante de Ação Direta	12º ano
Ajudante de Ação Direta	12º ano
Ajudante de Ação Direta	12º ano
Ajudante de Ação Direta	9ºano
Ajudante de Ação Direta	9ºano
Ajudante de Ação Direta	Bacharelato